

**A DESONESTIDADE ACADÊMICA E SEUS PROBLEMAS NO ESPAÇO DO
ENSINO SUPERIOR: desafios para a formação acadêmico-profissional**

**ACADEMIC DISHONESTY AND ITS PROBLEMS IN THE HIGHER
EDUCATION SPACE: challenges for academic-professional education**

Ana da Costa Polonia¹

¹ Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, Pós-Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco, atuando na área de Psicologia Educacional e Escolar, no Núcleo de Apoio ao Discente e Docente do Centro Universitário Euro-Americano, Unieuro-DF. E-mail: ana.polonia@unieuro.edu.br

ABSTRACT

Academic dishonesty is a major problem in the field of higher education and scientific research. This critical situation portrays the mistaken understanding of what would be authorship and the dissemination of the work, associated with the lack in the domain regarding the norms of quotation and use of ideas in the field of professional training and research. The genesis, scenarios and behaviors that disrespect authorship are today sources of research and concern when teaching, research and extension are articulated. Above all, there is a tendency to recognize that plagiarism is a multifaceted and multifactorial phenomenon and its prevention involves educational institutions, undergraduate training and the current culture, in conjunction with institutions that promote research and the legal area. With this purpose, the objective is to reflect, based on the scientific literature, the conditions of emergence of plagiarism, as well as the ways of prevention. Among the aspects that maintain this practice, the intentional question and the students' lack of knowledge about what would be authorship, work and reference standards are pointed out. In this sense, prevention must be an imperative for educational institutions, teachers, researchers and involving students, only a joint action can modify this behavior already widespread in the academic space. Recognizing that it is a situation that urgently needs to change, based on research, studies and strategies to modify and inhibit the facets of dishonest behavior in the academic space.

RESUMO

A desonestidade acadêmica é um dos grandes problemas no âmbito do ensino superior e da pesquisa científica. Esta situação crítica retrata a compreensão equivocada do que seria autoria e a divulgação da obra, associada à carência no domínio quanto às normas de citação e emprego das ideias, no campo de formação profissional e de investigação. A gênese, os cenários e as condutas que desrespeitam a autoria são hoje fontes de pesquisa e de preocupação quando se articulam o ensino, a pesquisa e a extensão. Sobretudo, há uma tendência em reconhecer que o plágio é um fenômeno multifacetado e multifatorial e sua prevenção envolve, concomitantemente, as instituições de ensino, a formação na graduação e a cultura vigente, aliada aos órgãos de fomento à pesquisa e a área jurídica. Com este propósito, objetiva-se refletir com base na literatura científica as condições de emergência do plágio, bem como as formas de prevenção. Apontam-se entre os aspectos que mantêm essa prática, a questão intencional até o desconhecimento dos estudantes sobre o que seria autoria, obra e normas de referências. Neste sentido, a prevenção deve ser um imperativo das instituições de ensino, professores, pesquisadores e implicando os alunos, somente uma ação conjunta pode modificar este comportamento já difundido no espaço acadêmico. Reconhecendo-se que é um quadro que precisa mudar urgentemente, alicerçado em pesquisa, estudos e estratégias para modificar e inibir as facetas do comportamento desonesto no espaço acadêmico.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 19/06/2020

Aprovado: 20/08/2020

Publicação: 18/05/2022

Keywords:

Academic Dishonesty,
Plagiarism,
Authorship, Reference
Norms, Prevention.

Palavras-chave:

Desonestidade
acadêmica, Plágio,
Autoria, Normas de
referências, Prevenção.

INTRODUÇÃO

O ensino superior demanda especificidades no tocante ao desenvolvimento da produção escrita, expressando competências que ilustram o pensamento crítico, a capacidade de reflexão, postura investigativa e contribuições direcionadas à área de conhecimento. Para incrementar a dimensão escrita é preciso algumas condições como apropriação do conhecimento e o estado a arte, a compreensão sobre a emergência de um dado fenômeno, a base teórica englobando autores, paradigmas e aspectos metodológicos. Além de domínio na língua pátria, capacidade de expressão escrita, apropriação de conceitos e conteúdos específicos, bem com a terminologia científica, associada ao bom vocabulário e criatividade.

Crescentemente no espaço educacional e no campo da pesquisa, situações que englobam o respeito à autoria, o uso adequado das normas para citação e, por outro lado, a busca de estratégias para reduzir e abolir o plágio, a cópia e a venda de materiais não autorais, tornam-se um imperativo. A desonestidade acadêmica pode ser traduzida como a ausência de ética, do respeito e do compromisso com a ciência e seus pares, sua dimensão histórica e trajetória de consolidação do campo de conhecimento (ARAÚJO, 2017; BERLINCK, 2011)

Entretanto, apesar da preocupação com o plágio e seus correlatos acadêmicos, esse fenômeno não retrata uma situação nova, ela acontece há séculos e, por isso, atualmente, vem se intensificando o propósito de inibir e punir essa ação nos espaços de produção de conhecimento a partir do uso de *softwares* para tal finalidade e administração de sanções legais. Portanto, é fundamental sublinhar que este problema ultrapassa fronteiras e atravessa várias nações, ao se analisar os prejuízos para o conhecimento científico, especialmente, pelo fácil acesso de materiais via internet. Aliás, o problema não é uma prerrogativa do mundo acadêmico e de pesquisa.

Observa-se que em diversos campos o denominado plágio, é gerador de conflitos, discordâncias e brigas judiciais, desde o circuito artístico até a produção intelectual e tradução de livros. Contudo, Muñoz-Cantero, Rebollo-Quintera, Mosteiro-Garcia e Ocampo-Gómez (2019) endossam que desonestidade acadêmica, coincidência em trabalhos acadêmicos, plágio, cola, compra de materiais entre outros problemas

relacionados à autoria perpassam por todos os países e se torna hoje uma grande preocupação das instituições de ensino e pesquisa.

Quando se aborda a questão, no âmbito acadêmico e científico, relativa à identificação de coincidências em trabalhos acadêmicos ou conhecido comumente ‘plágio’, não existe um consenso quanto à situação que o desencadeia, desta maneira, os pesquisadores indicam que a “universalidade, multidimensionalidade, multicausalidade e determinantes culturais” influenciam essa atitude (MUÑOZ-CANTEIRO, et al, 2019, p.1). Condição também referendada por Castro, Bellón, Puente e Pérez (2019) e avaliada por Espiñeira-Bellón, Mosteiro-García, Muñoz-Cantero e Porto-Castro (2019), destacando as várias situações que devem ser descritas quando se aborda a questão da desonestidade em trabalhos acadêmicos. Ele pode ser de natureza intencional, como ter ciência das normas de citação e, mesmo assim, optar por fazê-la, subestimando que não seja identificado ou a de natureza ‘acidental’, ao não dominar normas, orientações e formas de referenciar os autores e suas obras. Independente da característica, este comportamento deve ser punido e, paralelamente, torna-se basilar a orientação para que não ser repita.

Destarte, vários fatores devem ser investigados, desde a dificuldade de realizar uma paráfrase e de interpretar um texto, perpassando a falta de hábito de referenciar e a não organização para entregar as tarefas no tempo programado, somado ao descaso no uso correto das normas e sistemas instituídos para registrar a autoria nos trabalhos acadêmicos no período da graduação. Até mesmo a prevalência do senso comum de que o leitor ao interpretar uma ideia, ela passa a ser de sua propriedade ou porque o dado é público e, desse modo, pode ser apropriado sem ser identificado, como quando é extraído de meios digitais. Em geral, a desonestidade acadêmica ocorre quando há reprodução de ideias, concepções, frase, trechos pequenos ou grandes, sem a devida identificação do autor, isto é, sem referenciá-lo no trabalho, englobando *slides*, pesquisas, dados, etc.² No Brasil, ela se configura como o emprego indevido de qualquer obra intelectual, sem

² Cartilha sobre direitos autorais- IACS, UFF & PROAC, disponível em de <http://www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf>, acesso em 8 fevereiro de 2019.

identificar a origem da ideia e o merecido reconhecimento do autor, constituindo-se então, em uma violação dos direitos autorais (WACHOWICZ, 2015).

Nessa direção se levantam algumas questões como: Quais as condições seminais que podem levar os estudantes de nível superior, pesquisadores e figuras de renome realizarem plágios ou optarem pelo famoso ‘copia’ e ‘cola’? Como romper com a cultura da compra de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), dissertações e teses? Quais os recursos e meios para buscar formas de prevenir a desonestidade acadêmica? Que processos éticos e educativos podem ser fomentados conhecendo a realidade educacional brasileira? Como buscar estratégias e sistemáticas de prevenção, no âmbito das instituições formativas para reduzir o problema?

1. DESONESTIDADE ACADÊMICA E SEUS CORRELATOS: CONCEPÇÕES, GÊNESE E CENÁRIOS DE EMERGÊNCIA

Ao abordar a questão da desonestidade acadêmica e seus problemas, é preciso, urgentemente, resgatar a discussão sobre autoria e ética no espaço acadêmico, bem como na produção de pesquisas. No tocante às condições de autoria, Sousa, Costa e Barroso (2011) oferecem uma reflexão sobre a delimitação das atividades e do direito aos créditos, considerando os vários tipos de participação em pesquisa acadêmicas, livros e outros escritos, em virtude do peso que é aferido aos autores em suas produções pela sociedade científica e órgãos de fomento à pesquisa.

Os estudiosos supracitados contribuem ao enumerar as situações em que se devem atribuir ou não o efetivo envolvimento em um trabalho, proposta ou ideia, exemplificando que a autoria envolve a ação direta na produção do material escrito. No caso, quem apenas leu, fez correções, apresentou ideias sugestões, digitação, elaborou ou coletou dados, realizou a tradução para língua estrangeira, não está, na verdade, comprometido com a composição do texto. A mera sugestão de correção, introdução de ideias, e de ajustes não se constituem em real produção. Configurando, neste sentido, em uma situação de “autoria irreal”.

Face ao problema, denunciam cenários subjacentes tendo como protagonistas professores e alunos. Quanto ao primeiro, identifica-se o compartilhamento indevido da

autoria, com o consentimento dos envolvidos implicando na condição exponencial de produção em um programa de pós-graduação para multiplicar o seu produto e obter uma pontuação elevada. Outra situação, desenrola-se quando não há consentimento, em que uma das partes com certo grau de influência introduz um participante que não contribuiu com o escrito e, é aceita a sua inclusão na produção pelos demais. Denotam preocupação quanto à prática em que docentes se apropriam dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes em suas disciplinas, delineando com produto final um trabalho científico, sem o seu assentimento. Outros cenários revelam a existência de um sistema de compensação entre profissionais e acadêmicos, tipo um ‘escambo’, um acordo entre ‘compadres’, em que o primeiro sujeito coloca o nome do colega que não participou efetivamente do trabalho, mas, em outra oportunidade, o colega lhe devolve o ‘favor’.

Muito comum, em um trabalho coletivo, os estudantes ‘ratearem’ as tarefas compreendendo ser mais rápido e eficiente, uma prática que acreditam não impactar em sua formação. Desta maneira, uma parte do grupo se dedica a produção escrita, outra realiza a coleta de dados, uma terceira levanta as referências, um digita, por exemplo, e todos acabam como autores do trabalho. Pode ainda, ocorrer a distribuição de trabalhos de várias disciplinas em que cada estudante o realiza isoladamente, mas, na sua entrega, todos recebem os créditos e aparentemente se invocam os benefícios múltiplos.

Essas condições representam a complexidade dos fenômenos de autoria e de desonestidade acadêmico-profissional, sendo imprescindível orientações e propostas institucionais para intervir e evitar a difusão desses comportamentos. Somente, estabelecer um sistema de punição, não é suficiente, fundamentalmente, adotar uma abordagem preventiva na presença dessas inadequações e introduzir situações pedagógicas que promovam a reflexão e estímulo aos comportamentos éticos são geradoras de mudanças.

Diante deste contexto diversificado, Berlink (2011) reitera que o plágio ou mesmo a coincidência em trabalhos científicos, não é, uma condição somente que emerge entre os estudantes de graduação ou circunscreve a esse nível educacional. Ele aponta cópia de dissertações e teses, trabalhos científicos extraídos de periódicos sem a devida citação e publicados em outras revistas como inéditos, em geral, indicando ações fraudulentas quanto à autoria e originalidade. O pesquisador levanta outras, como a

reconhecida ausência de citação em extratos de textos e documentos, cópias parciais ou integrais de um estudo, resultados de pesquisa desenvolvidas por terceiros que são apropriadas de forma indevida, entre os vários problemas emergentes.

Acompanhando o cenário, a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo) reforça que o plágio implica na percepção que ideias, conceitos ou proposições são daquele que o expressou, todavia, a ideia original e conceito pertence a um autor que foi referência para quem escreveu, contudo, não aparece devidamente referenciado. Considerando o seu papel de órgão de fomento à pesquisa, a FAPESP declarou a necessidade de adoção de medidas antiplágio pelas instituições de ensino e pesquisa, caso contrário, sanções devem ser aplicadas como a não liberação de verbas para as investigações que concorrem ao financiamento³.

Em síntese, o plágio é caracterizado pela apropriação do trabalho realizado por outrem, ao envolver cópia de conceitos, expressões e ideias, sem a devida identificação da autoral e, paralelamente, a fonte consultada. Soma-se ao conjunto, os equívocos ao fazer citações diretas e indiretas, como a ausência na paráfrase, com a citação do autor e ano, assim como, o não emprego de aspas ou recuo, com normatizado pelas várias associações e grupos que orientam, atualizam e estabelecem regras sobre a autoria, como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Americana de Psicologia (APA), normas de Vancouver ou Chicago entre outras conhecidas. Neste quadro, encontram-se a compilação de informações incorretas sobre a fonte de pesquisa, introdução de imperceptíveis alterações no texto, mas, que mantém a estrutura original do autor que se baseou, ignorando os devidos créditos entre outras formas de negar a autoria de terceiros (MAURER et al, 2006 apud BERLINK, 2011; WACHOWICZ, 2015).

Entre as diversas situações, pode-se elencar trechos de reportagem na internet, discursos de profissionais em palestras, parte de vídeos e filmes, fotos e imagens, romances, etc. Neste sentido, aponta-se a desinformação e desconhecimento do sujeito em referenciar essas situações relativas ao conteúdo e opiniões, aliada à falta de prática ou não saber onde e como buscar orientações técnicas para empregar corretamente a

³ http://www.fapesp.br/boaspraticas/codigo_fapesp0911.pdf

referências. Desta maneira, identificam-se as implicações em nível legal, éticos e educativo, interferindo na qualidade e volume da produção científica.

Contemporizando a discussão, Wachowicz (2015) descreve que o plágio se insere no conjunto de condutas reprovadas que pela sua natureza viola a questão da propriedade intelectual, sendo comumente utilizada no espaço educacional e de pesquisa, por isso, se constitui como fonte constante de preocupação da comunidade científica e acadêmica mundial. Ele identifica os vários desdobramentos ligados ao plágio ou a desonestidade acadêmica: (a) cópia parcial ou total sem a adequada referência; (b) cópia de textos, frases ou palavras, sem reconhecimento da autoria; (c) compra de trabalhos, pesquisas ou relatórios entre outros, apresentando como de sua propriedade e autoria; (d) uso inadequado das paráfrases ou citação indireta, sem apontar a fonte; (e) reprodução de material da internet, sem qualquer fonte indicada; (f) apresentar mais de uma vez o trabalho de sua autoria, como inédito, reconhecido como autoplágio.

Configurando-se as condições relacionada às coincidências em trabalhos acadêmico, Masic (2014), Wachowicz (2015), Dalla Costa (2016), Satur, Dias e Silva (2020) descrevem os tipos e como elas se caracterizam: (a) plágio integral ou direto: reprodução do texto ou o material na íntegra, constituindo-se em uma cópia literal, sem indicar a fonte e/ou apresentar a citação adequada; (b) plágio parcial: retrata uma composição de trechos, ideias e parágrafos de diversos autores, sem mencionar cada um, formando uma ‘colcha de retalhos’; (c) plágio na condição de mosaico: ocorre a reformulação parcial de uma ideia, parágrafo ou conceito que não se configura como uma cópia *ipsis litteris* do autor, entretanto, o núcleo central é utilizando sem o devido crédito, apresentando como ideia própria; (d) plágio conceitual: quando há a utilização das ideias do autor, conceitos e proposições sem o referenciar, gerando a compreensão de que o conceito foi formulado por quem o quem ‘copiou’; (e) plágio consentido: o autor tem ciência, permite e autoriza que terceiros assumam a propriedade e autoria da produção, pesquisa ou ideia; (e) ‘plágio às avessas’: ilustra a situação em que um nome de um pesquisador ou uma pessoa de destaque na área é colocado em um citação que não é sua, mas, caracterizado como seu o discurso que está sendo apresentado; (f) *gost writer*: condição em que um escritor desconhecido é solicitado a escrever um material, aceitando colocar como autor, uma personalidade famosa; (g) autoplágio: o autor apresenta várias

ideias, parágrafos e conceitos que já utilizou anteriormente em um artigo, livro, dissertação e o reintroduz como se fosse inédito, em uma nova obra, sem referenciar o material anterior

Neste sentido, Passos et al (2017) complementa a discussão ressaltando que entre os comportamentos antiéticos no espaço da pesquisa se reconhece, o falseamento dos dados e dos resultados, omissões e retirada de informações conscientemente pelo autor de forma a demonstrar um ‘resultado ideal’ ou ‘desejado’ que são extremamente prejudiciais à ciência, a sociedade e ao indivíduo. É preciso indicar os problemas, as barreiras e dificuldades e até mesmo as lacunas que permeiam as investigações, exatamente nesses hiatos que o conhecimento sobre o fenômeno avança.

Acrescentam, a questão da ocultação de conflitos de interesse, um imperativo ético na pesquisa científica que, sobretudo, deve ser declarado e identificado no trabalho, e que se estende à análise dos resultados e de até mesmo de sua publicação. Outra conduta antiética descrita, traduz-se no que se denomina ‘*salami science*’, em que vários artigos são derivados de um único estudo, reconhecida como ‘unidade mínima publicável’ (SMOLČIĆ; BILIĆ-ZULLE, 2013 e ROIG, 2010 apud PASSOS, et al, 2017). Esta se diferencia do autoplágio, na medida em que, identificar-se as mesmas hipóteses, metodologia ou resultados já apresentados em repetidos estudos, indicando minimamente os resultados. Há outras situações em que o estudante em várias páginas, inclui sequencialmente, citações diretas sem qualquer compromisso e preocupação em discutilas, ilustrando apenas um acúmulo de trechos selecionados ou emprego de uma única obra de um autor em várias seções.

Ampliando a discussão, Galvão e Luvizotto (2012) alertam que a desonestidade acadêmica retrata uma ausência de ética e moral ao se assumir como autor do material ou objeto que não foi produto de sua construção. Reconhecida como um crime, é expressa e a autoria assegurada pela Lei 9.610/98, incluindo tantas obras individuais quanto coletivas (WACHOWICZ; COSTA, 2016). As primeiras pesquisadoras contemporizam a questão, registrando que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) criou uma comissão responsável por identificar as condutas ilícitas no contexto da pesquisa, a saber: a falsificação e a fabricação de resultados, o plágio e o

autoplágio, como o crédito aos autores que cederam equipamentos ou contribuíram com verbas para pesquisa, sem qualquer envolvimento intelectual para o produto.

Wachowicz e Costa (2016) contribuem com o estudo sobre plágio acadêmico enumerando situações que são frequentes ou casos excepcionais encontrados quando se estuda o fenômeno. Eles asseveram que o título da obra, sumário, tópicos estão protegidos pelos direitos autorais, a partir de sua divulgação e difusão, incluem-se, nesse conjunto as referências e o trechos que foram delas utilizados na obra original. Portanto, deve-se cuidar para que ao consultar a obra não se retire os mesmos trechos a fim de compor outra. Ainda há aqueles que aproveitam os conteúdos de *slides*, planilhas, tabelas, quadros sem a devida identificação de onde foram retirados e que estão sujeitos às mesmas punições.

Em suma, questões interligadas à desonestidade acadêmica, bem como coincidência em trabalhos científicos têm sido foco de investigações para reduzir a sua frequência e, paralelamente, identificar os comportamentos e a lacunas que podem facilitar a sua emergência e sua difusão na cultura educacional e de pesquisa. Essas situações indicam que não existe população ou um segmento específico que opta pelo plágio como uma saída para sua vida profissional, como não há delimitação de fronteiras para esse problema tão nefasto para o sujeito, a sociedade e comunidade científica. Como consequência, urge a adoção de estudos, pesquisa, instrumentos que devem estar aliados à formação acadêmico-profissional para combater e reduzir esse comportamento condenável.

2. A DESONESTIDADE E A COINCIDÊNCIA EM TRABALHOS ACADÊMICOS: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E FORMAS DE PREVENÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

A discussão sobre a desonestidade acadêmica refletida em situações como plágio, cópia, compra de materiais escritos ou outros tipos de produção, como as formas de inibi-los, tem se tornado objetos de investigações, tópicos de discussões acadêmicas e de posicionamento legal e educativo de instituições e órgãos de fomento à pesquisa, na busca de sistemas de controle social e no âmbito jurídico. Ochoa e Cuerva (2016) ao

traçar uma panorâmica sobre o problema do plágio, realizou um levantamento com discentes procurando investigar o que seria plágio, as concepções, crenças e aspectos relativos à opção por esse ‘atalho’ e de que maneira poder-se-ia evitá-lo.

Um dos fatores ligados à adoção do plágio seria a formação precária e a insegurança em mostrar o produto de seus estudos, principalmente, em função do domínio restrito do conteúdo a ser abordado e dificuldades na parte interpretativa e da escrita científica. Por outro lado, a falta de oportunidade, recursos e ferramentas derivada do hiato do ensino médio para o superior, em que se espera que nos primeiros semestres os alunos dominem uma resenha, um resumo crítico e diversas formas escritas sem nunca ter sido orientado ou ter experiência anterior, emergem como alguns fatores associados. O desconhecimento das normas e regras de citação acadêmica, também surgiram nos discursos.

Contudo, uma parte dos estudantes não perceberam a necessidade de medidas punitivas para conter o plágio, um resultado preocupante, demonstrando que eles não acreditavam ser um ato ilegal e que mereceriam ser responsabilizados academicamente ou na área jurídica. Poucos concordaram que tal prática abriria espaço para um processo disciplinar. Afinal, não o retratavam como um problema ético e que afeta a própria área de conhecimento e a produção acadêmica, uma postura ingênua e sem substrato para compreender as consequências educacionais, sociais e legais. Pode-se até inferir que, por esse motivo, os discentes não ficam tão atentos quanto à obrigatoriedade de indicar a autoria, fazer as referências de acordo com as normas, regras e orientações adotadas pela unidade educacional, desconsiderando a condição moral, ética e profissional envolvida na desonestidade acadêmica.

Consubstanciando as reflexões e estudo sobre o plágio, Castro, Bellón, Puente e Pérez (2019) acrescentam que, em suas investigações, os estudantes indicaram a falta de orientações precisas e adequadas para realização do trabalho acadêmico e dificuldades em relação às referências que devem empregar. Ao refletirem sobre o grau e regras institucionais para o controle do plágio algumas eram elásticas ora gerando sanções e punições leves e outras pesadas, todavia, interconectadas ao desconhecimento sobre a necessidade de citar os autores. Independente, do nível do trabalho ou do tipo de tarefa a ser desenvolvida, indicadas como fatores que facilitam a adoção do plágio. É importante

frisar que o uso dos *slides* parcial ou completo e trechos de autores ou dados retirados da internet (reportagens, *blogs*) raramente são registrados nas referências pelos alunos e autores. Muitas vezes, os discentes subestimam a correção e a capacidade dos professores em detectar o plágio seja pelo domínio do campo de estudo, o nível de articulação e escrita dos acadêmicos e, ainda, a ilusão que não serão reconhecidos por ferramentas e programa específicos para detecção de cópia, identificação de coincidências nos discursos e distintos problemas associados.

O relato de uma professora que acompanha o TCC, ilustra esses pontos, o estudante tendo insegurança para escrever ou mesmo dificuldades no domínio do conteúdo e da escrita, espera que o orientador, escreva, faça a revisão dos erros ortográficos e o auxilie na coleta de dados. É preciso reforçar que o orientador tem um papel de acompanhar, indicar os problemas, identificar os pontos positivos do trabalho e aqueles a serem melhorados. Ele não pode assumir a responsabilidade em qualquer nível sobre o trabalho do aluno, que é o autor, organizador e gestor da produção científica. Face a isso, é importante definir com os estudantes o papel do orientador e do discente em relação à própria produção.

Como discutido, a desonestidade acadêmica tem múltiplos fatores associados e, diante desse quadro, faz-se necessária a adoção de orientações contínuas institucionais, programas, disciplinas e grupos de estudos e pesquisas que constantemente se debruçam sobre suas consequências e, principalmente, procurem-se estratégias para evitá-lo e promover a divulgação de sanções para reduzir o plágio.

3. ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO EM RELAÇÃO À DESONESTIDADE ACADÊMICA: PRÁTICA ÉTICA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A partir dos estudos sobre o plágio ligado à sua emergência, percepções e configurações, é essencial resgatar aspectos que podem significativamente contribuir para sua prevenção e redução no espaço acadêmico. Pode-se destacar, no âmbito acadêmico-científico, a importância do investimento na formação ética e científica, como já ventilado anteriormente.

Perspectiva reforçada por Pithan e Vidal (2013) afirmando que o plágio reflete muito mais uma questão ética a ser desenvolvida na trajetória da formação educacional, do que do âmbito jurídico. Sob esse prisma, não ficaria apenas a cargo das Instituições de Ensino Superior (IES) que desenvolvem pesquisas, mas, constituindo-se em um processo educacional que perpassa por todos os níveis de ensino. E que ao se apropriar pela leitura, análise crítica em disciplinas e, em especial, ao se desenvolver a pesquisa acadêmica, seja enfatizado o imperativo ético, desde autoria e, de sobremaneira, a adoção dos cuidados na investigação envolvendo seres humanos e o tratamento de dados, bem com a divulgação dos resultados e compartilhamento de conhecimentos técnicos e científicos.

Masic (2014) recupera estratégias para evitar a desonestidade acadêmica e reitera que os estudantes ou pesquisadores estejam atentos para: o emprego correto das paráfrases, utilização adequada das aspas para indicar o trecho do autor, respeitando como retratado no original, a preocupação entre a correspondência da citação no texto e nas referências e, caso tenha o objetivo de resgatar os materiais já publicados, principalmente, assegure-se então que seja devidamente citado e referenciado no novo projeto. Vale ressaltar que o texto, não deve ser incluído na íntegra, ou seja, reproduzir totalmente o que escreveu como um novo, apenas trechos, considerando o percentual aceito pelas normas de autoria e publicação. Especialmente, embasar-se em parâmetros científicos, regras de citação, condições que regem a autoria, ademais, uso correto do ‘apud’ ou mesmo ‘conforme citado por’, além do uso de dados como gráficos, tabelas, figuras de pesquisas de outras pessoas ou instituições a serem indicadas corretamente no texto, identificando sua fonte.

Araújo (2017) retomando o papel do ensino superior e sua contribuição para formação dos estudantes, registra que a pesquisa é uma das vocações a ser incrementada em seus espaços. E que por meio dela, os estudantes conhecem sua área de atuação, trilham o caminho histórico de sua futura profissão, confrontam abordagens diferenciadas, atualizam-se sobre as novidades e desafios da ciência. Por isso, são capazes de identificar conceitos errôneos e equívocos oriundos do senso comum, administram e empregam Tecnologias e Informação e Comunicação (TICs) para ampliar as análises das pesquisas e explorá-las.

Considerando o problema, emerge a necessidade das IES proporem medidas contra a desonestidade acadêmica, em especial, por meio de programas e projetos educacionais, utilização de *softwares*, políticas internas e normativas no código disciplinar discente a serem publicizadas e trabalhadas com a comunidade acadêmica. Essencialmente, destacam-se a importância de ações educativas de cunho diagnóstico, preventivo e corretivo para efetivamente eliminarem essa prática (AIRES; PILLATI, 2017; MELO; SANTOS; ARENHALDT, 2019; SATUR; DIAS; SILVA, 2020).

Ao se abordar a questão diagnóstica é imprescindível entender que está intimamente ligada à prevenção, por conseguinte, é fundamental coletar dados que indiquem os mecanismos empregados que incidem sobre a propagação do plágio e que estratégias e formas de intervenção adotar para evitar a sua concretização. Por conseguinte, elaborar instrumentos institucionais com o objetivo de reduzir e inibir a desonestidade acadêmica, fomentar grupos de pesquisa e núcleos que discutam sua origem, manutenção no espaço educacional e, paralelamente, formas de evitar, no caso, como ocorre a difusão das informações sobre o problema do plágio entre discentes e docentes. E se possível, a instalação de conselhos, equipes ou comitês para discussão e análise das situações que envolvem a coincidência em trabalhos acadêmicos e seus correlatos. A unidade nas ações em relação ao plágio assegura um discurso alinhado e não sobrecarrega nem professores, coordenadores, gestores institucionais, ao contrário, estabelece uma sistemática para adoção de posturas unificadas relativa a esse inconveniente e fortalece estratégias de prevenção.

Nesta direção, Melo, Santos e Arenhaldt (2019) levantam algumas questões, ao identificar que, em grande parte das instituições brasileiras, não há um código de conduta ou manual de orientação aos estudantes abordando a temática desonestidade acadêmica, ao ressaltar a postura institucional e consequências legais. Enfatizam que o código de integridade acadêmica, termo adotado pelos pesquisadores, deve conter regras e orientações claras e situações concretas da vida acadêmico-profissional a fim de explicitar a postura institucional diante do plágio. Ao entrevistar gestores, docentes e técnicos-administrativos, todos alegaram que desconheciam a existência de um código, comitês e as punições institucionais relativos ao plágio, em estudo de caso implementado em uma IES.

Observa-se que a questão ética no âmbito da pesquisa é pouco explorada no espaço da graduação e se estende à pós-graduação e às instituições de pesquisa. Sendo imprescindível transversalizar o tema em todas as disciplinas, grupos de estudos e pesquisas, de maneira a reduzir essa situação. Fomentando que os estudantes compreendam o grau de responsabilidade e as implicações em nível legal, ético e educativo balizado nas orientações acadêmicas institucionais.

Definitivamente, a entrada no universo da ciência tem um timoneiro importante, o professor, que com sua experiência e competência na área de conhecimento, aliado aos recursos metodológicos, pedagógicos, didáticos, técnicos e experiência em pesquisa, desvela a natureza e a função da ciência para sociedade moderna e o bem-estar do ser humano. Araújo (2017) complementa que a universidade com o desenvolvimento de diferentes campos de investigação, ganha destaque no cenário nacional e internacional, pode, concomitantemente, cooptar recursos financeiros e humanos para incrementar a pesquisa. Tais condições propiciam a troca de experiências entre os profissionais de outras instituições, promovem pesquisa compartilhadas e multicêntricas, possibilitam a inclusão de alunos de diversos níveis no processo de iniciação científica, produção de TCC, dissertações e teses. Especialmente que a articulação teórico-prática beneficia não somente a instituição, o estudante, como a própria comunidade.

Quando se disserta sobre a questão da desonestidade acadêmica, plágio, cola, compra de trabalho e condutas antiéticas na pesquisa pode-se contar com a contribuição da disciplina Metodologia Científica, nesta direção, Oliveira e Valença (2015) resgatam que o enfoque deve se debruçar sobre a organização do processo da prática científica: problema, objeto de investigação, objetivos, referências, levantamento de hipóteses, pensamento indutivo e dedutivo, aporte teórico-metodológico, tipos de instrumentos para coleta e dados, contextos, amostra, etc.

No entanto, esses elementos se tornam fontes de estudo e reflexões em várias disciplinas como Prática de Pesquisa, TCC, Iniciação Científica e similares que especificamente direcionam conteúdo e recursos técnico-instrumentais para configurar o trabalho ou pesquisa científica, devendo ser explanado nas disciplinas teóricas. Desta forma, enfoca-se o tipo de pesquisa, as formas, a importância do levantamento de literatura e de que modo a realizar com qualidade e considerando suas etapas, como

coletar dados, realizar a seleção da amostra, instrumentos a serem utilizados, bem como as análises adequadas a partir dos instrumentos selecionados, o papel do pesquisador e sua influência sobre a população a ser investigada, associadas às questões éticas na pesquisa e os predicativos em investigações envolvendo os seres humanos.

Córdula e Nascimento (2018) retomam a necessidade de se utilizar *softwares* para identificar a desonestidade acadêmica, no espaço universitário e também o difundir entre discentes e docentes. Ressaltam que há programas pagos e gratuitos hoje, os últimos podem ser baixados na internet, desta forma, tanto os estudantes podem controlar as informações que colocam nos trabalhos, paralelamente, os professores podem mapear as produções, constatando o plágio ou não. Há bibliotecas universitárias que disponibilizam ferramentas para detecção de plágio, como a rede Sirius da Universidade Estadual do Rio de Janeiro que indica vários programas.⁴ Os periódicos nacionais, divulgam amplamente que todos os artigos enviados para futura publicação necessariamente passam por um programa antiplágio, denotando assim, a preocupação em inibir essa ação, aliado à avaliação de duplo cego, contando com especialistas da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da perspectiva pedagógica-metodológica, é imprescindível realizar o levantamento e diagnóstico da situação de plágio buscando compreender a gênese, função e seu emprego entre os estudantes. Fundamentalmente, utilizar instrumentos de pesquisa e fazer investigações com estudantes e professores, vislumbrando-se caminhos para minimizá-lo e, a partir das informações coletadas, propor estratégias para reduzi-lo. Substituir, em alguns momentos, a punição pela orientação diretiva no âmbito universitário, como refazer a atividade e incluir a citação, subsidiada pela noção de formação e aprendizado constante, possibilitando o acompanhamento das atividades e assegurando o processo devolutivo voltado ao aprimoramento das produções escritas. Valorizar em distintos espaços disciplinares a situação de autoria e respeito às ideias e

⁴ <http://www.rsirius.uerj.br/novo/index.php/servicos/suporte-a-pesquisa/deteccao-de-plagio>

concepções, verificando as formas de citação estabelecidas para o registro de palestras, jornais, entrevistas, vídeos, filmes etc.

Diante do problema estabelecer uma comunicação dialógica, aberta e afetiva com o alunado e, constantemente, resgatar o respeito pelo processo de aquisição de conhecimento e comportamento ético, valorizando a estética da autoria como uma condição contínua e dinâmica; contar com o coletivo de docentes e coordenação de cursos para apoiar e unificar propostas de correção e análise de materiais escritos e orais pelos docentes, de maneira a restringir o vício do ‘copia e cola’.

Por parte da instituição, divulgar medidas de controle e combate ao plágio recorrendo aos subsídios jurídicos e aspectos legais que serão empregados em relação à desonestidade acadêmica. Essa são algumas reflexões e proposições no âmbito da temática de coincidência em trabalhos acadêmicos e, certamente, as pesquisas e projetos educacionais poderão elucidar outras formas de prevenção e de direcionamento para evitar esse problema recorrente no ensino superior e na prática de pesquisa.

Enfim, a adoção de uma proposta coordenada por diversas entidades de ensino e de apoio à pesquisa, profissionais de ensino superior, estudantes, pesquisadores, juristas, órgãos e agências responsáveis pelos diferentes sistemas de normatização ligados à produção do conhecimento para inibir, reduzir e extinguir a desonestidade acadêmica, o plágio e comportamentos antiéticos perante à comunidade educacional e científica será efetivo e amplamente difundido.

REFERÊNCIAS

AIRES, João Paulo; PILATTI, Luiz Alberto, “Medidas de combate ao plágio, adotadas por instituições de ensino superior: uma análise da efetividade das ações na área de Ensino”, In **Revista Brasileira de Ensino, Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, vol. 10, num. 3, 2017, p. 163-184. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/download/7745/pdf>> Acesso em: 02 jul. 2020.

ARAÚJO, Elani Regis de Oliveira, “O plágio na pesquisa científica do ensino superior”, In **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, vol. 2, num. 1, 2017, p. 93-107. Disponível em: <<https://doi.org/10.47681/rca.v2i1.11725>> Acesso em: 20 jun. 2020.
BERLINCK, Roberto G. S., “The academic plagiarism and its punishments - a review”, In **Revista Brasileira de Farmacognosia**, Curitiba, v.21, n. 3, 2011, p. 365-372. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-695X2011005000099>> Acesso em: 02 jul. 2020.

CASTRO, Ana Maria Porto; BELLÓN, Eva Maria Espiñeira; PUENTE, Luisa Losada; PÉREZ, Enelina María Geroe, “El alumnado universitario ante políticas institucionales y de aula sobre plagio”, In **Bordón**, Revista de Pedagogia, Espanha, vol.71, num.2, 2019, p.139-153. Disponível em: <<https://doi.org/10.13042/Bordon.2019.69104>> Acesso em: 20 jun. 2020.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena; NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio do, “A condição autoral em vias de extinção: o plágio no universo escolar e acadêmico”, In **Educação Pública**, Rio de Janeiro, vol. 18, ed. 19, 2018. Disponível em <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/19/a-condio-autoral-em-vias-de-extino-o-plgio-no-universo-escolar-e-acadmico>> Acesso em 10 jul. 2020.

DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso, “Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas”, In **Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, vol. 39, num. 3, 2016, p.187-200. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-58442016311>> Acesso em: 12 mai 2020.

GALVÃO, Agrazielle Ferreira; LUVIZOTTO, Caroline Kraus, “Reflexões sobre a ética e o plágio na pesquisa científica”, In **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, vol. 9, num. especial, 2012, p. 1094- 1100. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2012/suplementos/area/Humanarum>> Acesso em 10 mai. 2020.

ESPIÑEIRA-BELLÓN, Eva María ; MOSTEIRO-GARCÍA, María Josefa; MUÑOZ-CANTERO, Jesús Miguel; PORTO-CASTRO, Ana María, “Cuestionario para la detección del plagio académico en estudiantes de doctorado (CUDECO-DOU)”, In **Revista de Estudios e Investigación en Psicología Y Educación**, Minho, vol. 6, num. 2, 2019, p.156-166. Disponível em: <<https://doi.org/10.17979/reipe.2019.6.2.5794>> Acesso em: 10 mai. 2020.

MASIC, Izet, “Plagiarism in scientific research and publications and how to prevent it”, In **Materia Sociomedica**, Sarajevo, vol. 26, num. 2, 2014, p. 141-146. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.5455%2Fmsm.2014.26.141-146>> Acesso em: 10 mai. 2020.

MELO, Maurício Luiz Marinho de; SANTOS, Alexsandro dos; ARENHALDT, Machado Rafael, “Políticas institucionais de enfrentamento do plágio acadêmico: O caso de uma instituição de ensino superior”, In **Políticas Educativas**, Paraná, vol. 12, num. 2, 2019, p. 83-94. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/97692/54572>> Acesso em: 10 mai. 2020.

[MUÑOZ-CANTERO, Jesús-Miguel](#); [REBOLLO-QUINTELA, Nuria](#); [MOSTEIRO-GARCÍA, Josefa](#); [OCAMPO-GÓMEZ, Camilo-Isaac](#), “Validación del cuestionario de atribuciones para las detecciones de coincidencia en trabajos académicos”, In **Revista de Eletrônica de Investigación Y Evaluación Educativa (RELIEVE)**, Espanha, vol. 25, num.1, 2019, p.1-16. Disponível em: <<https://doi.org/10.7203/relieve.25.1.13599>> Acesso em: [07 fev. 2020](#).

OCHOA, Lúgia S.; CUEVA, Alberto L, “Percepciones de estudiantes acerca del plagio: datos cualitativos”, In **Revista Encuentros**, Universidad Autónoma del Caribe, vol. 14-02, 2016, p.25-41. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/encu/v14n2/1692-5858-encu-14-02-00025.pdf>> Acesso em: [07 fev. 2020](#).

OLIVEIRA, Tamires Aparecida Batista de; VALENÇA, Kleber Firpo Prado, “A importância da metodologia científica para o ensino e aprendizagem no ensino superior”, In **Educere**, XII Congresso Nacional de Educação, *Anais...* PUCPR-26 a 29 de outubro de 2015, 2015, p. 7480-7490, Curitiba, Paraná. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17807_10482.pdf> Acesso em: [07 fev 2020](#).

PASSOS, Renato Ferreira; TREMACOLDI, Célia Regina; ANDRADE, Lucilene Maria de; MARTINS, Maria Amalia Gusmão; VIDAL, Wyviane Carlos Lima, **Plágio e outras condutas antiéticas na comunicação científica**, Documentos 3, Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/manual-de-editoracao/conceitos-e-normas-editoriais/plagio-e-condutas-antieticas-na-comunicacao-cientifica>> Acesso em: 30 mai.2020.

PITHAN, Lúvia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando, “O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico”, In **Direito & Justiça**, Porto Alegre, vol. 39, num. 1, 2013, p. 77-82. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/13676>> Acesso em: 30 mai.2020.

SATUR, Roberto Vilmar; DIAS, Guilherme Ataíde; SILVA, Armando Malheiro da, “Direito autoral, plágio e coautoria: questões acadêmicas e éticas”, In **Brajis, Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, vol. 14, num.1, 2020, p. 57-87. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/1981-1640.2020.v14n1.04.p57>> Acesso em: 30 mai.2020.

SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de; COSTA, Francisco José da; BARROSO, Henrique César Muzzio de Paiva, “Por uma (Reflexão) Ética da Autoria Acadêmica”, In *XXXV Encontro da Anpad, Rio de Janeiro, Anais*. Rio de Janeiro de 4 a 7 de setembro de 2011, 2011, p. 1-13. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/EPQ244.pdf Acesso em 07 fev. 2020.

WACHOWICZ, Marcos. *Noções fundamentais sobre plágio acadêmico*. Disponível em http://www.gedai.com.br/wp-content/uploads/2015/09/artigo_plagio_academico_obra_prof_jose_oliveira_ascensao-1.pdf Acesso em: 07 fev. 2020.

WACHOWICZ, Marcos; COSTA, José Augusto Fontoura, **Plágio acadêmico**. Curitiba, PR: Gedai Publicações/UFPR, 2016. Disponível em: <https://www.gedai.com.br/plagio-academico/> Acesso em: 07 fev. 2020.